

h a d a n o t a n a k a advogados

EXCELENTESSIMO SR. DR. MINISTRO PRESIDENTE DO EGRÉGIO SUPREMO
TRIBUNAL FEDERAL.

ABRAHAM BRAGANÇA DE VASCONCELLOS WEINTRAUB,

brasileiro, casado, professor, portador da cédula de identidade RG nº: 21.616.005-4 e do CPF/MF nº: 149.226.428-89, e-mail: abrahambvw@gmail.com, e

ARTHUR BRAGANÇA DE VASCONCELLOS WEINTRAUB,

professor, casado, brasileiro, portador do Cédula de Identidade RG nº 23.091.960-1, do CPF/MF nº: 257.154.438-14, ambos com endereço para intimações na Rua da Glória, nº: 618, Cj. 41, Bairro Liberdade, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP: 01510.000, vêm, mui respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, por meio de seus advogados e procuradores infra-assinados (doc. 01), a fim de propor a presente

QUEIXA-CRIME,

com fulcro no art. 140 (injúria), com o aumento de pena previsto no artigo 141, III, ambos do Código Penal, em face de

EDUARDO NANTES BOLSONARO,

brasileiro, casado, deputado federal, inscrito no CPF/MF sob o nº 106.553.657-70, com os seguintes endereços: a) **PROFISSIONAL:** Gabinete 350, Anexo IV, da câmara dos deputados, na cidade de Brasília, Estado do Distrito Federal, CEP 70160.900 e b) **RESIDENCIAL:** SQN 202, Bloco J, apto. 503, Bairro Asa Norte, na cidade de Brasília, Estado de Distrito Federal, CEP 70832.100, e-mail: dep.eduardobolsonaro@camara.leg.br, pelos motivos de fato e de direito que passa a expor:

h a d a n o t a n a k a advogados

I – MINUTA DOS FATOS

Da publicação feita pelo Querelado

1) A presente ação tem por objetivo a condenação do Querelado, o Deputado Eduardo Nantes Bolsonaro, pela prática do crime de injúria praticado contra os Querelantes, feita através da publicação em sua rede social (“Twitter”) (@BolsonaroSP), com conteúdo extremamente ofensivo à honra, imagem e reputação dos Querelantes.

2) O deputado federal Daniel Silveira, eleito pelo partido PSL, o mesmo ao qual o Presidente da República, Jair Bolsonaro, e seus filhos, incluindo o Querelado, eram filiados, foi condenado por esse Egrégio Supremo Tribunal Federal a oito anos e nove meses em regime fechado, com perda do mandato e dos direitos políticos, por estímulo a atos antidemocráticos e ataques a instituições, como, por exemplo, a destituição de todos os ministros deste Tribunal.

3) O Presidente da República, Jair Bolsonaro, assinou, no dia 21 de abril de 2022, um decreto concedendo o perdão da pena imposta por este Supremo Tribunal Federal ao deputado aliado Daniel Silveira, utilizando como base o artigo 734 do Código de Processo Penal antes mesmo de ser publicada a decisão.

4) A decisão do atual Presidente deflagrou muitos debates entre os cidadãos, juristas, advogados, professores e especialistas em Direito, incluindo, inclusive, por parte dos Querelantes Abraham e Arthur Weintraub, os quais, em uma transmissão em suas redes sociais no dia 22 de abril de 2022, expressaram sua opinião e preocupação diante da decisão tomada pelo presidente, sua repercussão e seus impactos futuros no ordenamento jurídico.

5) Em uma postagem feita no dia 22 de abril de 2022, o Querelante Arthur Weintraub afirma que os precedentes jurídicos que estão sendo criados com a decisão do atual presidente, Jair Bolsonaro, ao conceder o indulto ao deputado Daniel Silveira, poderia ser concedida futuramente em casos de corrupção ou lavagem de dinheiro, o que é temerário.

“Os precedentes que estão sendo criados são péssimos. Depois você vai querer comparar o que aconteceu com o Daniel [Silveira] com o cara lá na frente que tiver com corrupção...”

h a d a n o t a n a k a advogados

6) No mesmo dia 22 de abril, ao verificar o que foi falado pelo Querelante Arthur Weintraub, o Querelado, Eduardo Bolsonaro, publicou a seguinte fala em seu Twitter: “**A gente tá em guerra e o cara me falando em procedente, como se nunca um corrupto tivesse recebido um indulto e agora esse instrumento tenha sido utilizado para seu fim: um inocente. E quem fala são os irmãos que saíram do país para se livrar desta perseguição. São uns filhos de uma puta! Desculpa, mas não há outra palavra**”.



7) O Querelado, inconformado com a posição jurídica dos Querelantes, fez a sua manifestação em resposta à publicação feita pelo Querelante Arthur Weintraub, em sua rede social “Twitter”, que é pública e aberta, e já foi visualizada, ao menos, por 269.000 (duzentas e sessenta e nove mil) pessoas até o momento da propositura desta Queixa-Crime, o que agrava ainda mais o delito por ele cometido e os danos causados à honra e imagem dos Querelantes, devendo tal conduta ser prontamente coibida pelo Judiciário, uma vez que este os ofendeu com um ataque totalmente **DESPROPORCIONAL** e, principalmente, **NÃO PROVOCADO** pelos Querelantes.

Da ausência de imunidade parlamentar

8) Inicialmente, dado o cargo público de Deputado Federal ocupado pelo Querelado, é importante esclarecer que o delito por ele praticado não tem relação alguma com o seu cargo, o que afasta eventual alegação de **imunidade parlamentar**.

9) A **Imunidade parlamentar** não é uma garantia absoluta. Se a conduta lesiva não tiver nenhuma relação com o exercício do mandato parlamentar, razão pela qual não pode ser aplicada em favor do Querelado. Tal questão já foi objeto de análise e está consolidada no Supremo Tribunal Federal. Nesse sentido, vejamos os principais trechos da decisão proferida nos autos do Agravo de Instrumento 818693/MT, de Relatoria do Ministro Celso de Mello (j. 01/08/2011), mencionada no Informativo nº 640, de 12 a 16 de setembro, do Colendo STF:

“Deputado federal. Crime contra a honra. Nexo de implicação entre as declarações e o exercício do mandato. Imunidade parlamentar material. Alcance. Art. 53, caput, da CF. (...) A verbalização da representação parlamentar não contempla ofensas pessoais, via achincalhamentos ou licenciosidade da fala. Placita, contudo, modelo de expressão não protocolar, ou mesmo desabrido, em manifestações muitas vezes ácidas, jocosas, mordazes, ou até impiedosas, em que o vernáculo contundente, ainda que acaso deplorável no patamar de respeito mútuo a que se aspira em uma sociedade civilizada, embala a exposição do ponto de vista do orador.” (Pet 5.714 AgR, rel. min. Rosa Weber, j. 28-11-2017, 1ª T, DJE de 13-12-2017)

“DO ALCANCE DA IMUNIDADE PARLAMENTAR”

Fica, desde já assinalado que a tradicional doutrina menciona que ‘imunidade parlamentar não é um privilégio concedido ao parlamentar pessoalmente; é uma garantia assegurada ao Poder Legislativo, para que funcione livre de qualquer coação’ (AZAMBUJA, Darcy, Teoria Geral do Estado. 4ª ed, 3 impr. Rio de Janeiro: Globo, 1963, p. 215).

h a d a n o t a n a k a advogados

E mais, em relação ao alcance, Raul Machado Horta consigna que a inviolabilidade ‘abrange os discursos pronunciados, em sessões ou nas Comissões, os relatórios lidos ou publicados, e assim os votos proferidos pelos Deputados ou Senadores. Protege o congressista ou parlamentar pelos atos praticados na Comissão Parlamentar de Inquérito. A inviolabilidade obsta a propositura de ação civil ou penal contra o parlamentar, por motivo de opiniões ou votos proferidos no exercício de suas funções. Ela protege igualmente, os relatórios e os trabalhos nas Comissões. É absoluta, permanente, de ordem pública. A inviolabilidade é total. As palavras e opiniões sustentadas no exercício do mandato ficam excluídas da ação repressiva ou condenatória, mesmo depois de extinto o mandato. É a insindicabilidade das opiniões e dos votos no exercício do mandato, que imuniza o parlamentar em face de qualquer responsabilidade: penal, civil ou administrativa, e que perdura após o término do próprio mandato’ (HORTA, Raul Machado. Direito Constitucional. 5^a ed. revista e atualizada por Juliana Campos Horta. Belo Horizonte: Del Rey, 2010 p. 582).

Contextualizado o debate, o primeiro aspecto a ser considerado refere-se ao local do fato. Com efeito, a jurisprudência sobre o tema assinala a necessidade de se distinguir as situações em que as supostas ofensas são proferidas dentro ou fora do Parlamento.

Para os casos em que a ofensa é irrogada em plenário, a imunidade parlamentar material elide a responsabilidade civil por dano moral ‘independente de conexão com o mandato’ (RE 577.785-AgR ref. min. Ricardo Lewandowski, julgamento em 1º-2-2011, Primeira Turma, DJE de 21-2-2011). Não é possível, inclusive, a instauração de processo penal: ‘Para os pronunciamentos feitos no interior das Casas Legislativas não cabe indagar sobre o conteúdo das ofensas ou a conexão com o mandato, dado que acobertadas com o manto da inviolabilidade. Em tal seara, caberá a própria Casa a que pertencer o parlamentar coibir eventuais excessos no desempenho dessa prorrogativa’ (INQ 1.958, Redator para o acórdão o Ministro Carlos Britto, Tribunal Pleno, DJ 18.02.05).(....)’

10) Portanto, como a publicação feita pelo Querelado se deu em uma **SEXTA-FEIRA À NOITE**, ou seja, **CERTAMENTE NÃO FOI NUMA SESSÃO PARLAMENTAR**, não há como classificar a publicação do Querelado como sendo um ato praticado para exercício

h a d a n o t a n a k a advogados

de seu mandato.

Dos limites às liberdades de expressão

11) Embora o direito à informação e liberdade de expressão sejam resguardados pela constituição, a Magna Carta traz em seu artigo 1º, inciso III, como fundamento da República a dignidade da pessoa humana, vejamos:

“Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos:

(...)

III - a dignidade da pessoa humana;(...)"

12) Tal instituto é protegido sob o manto de cláusula pétreia, não podendo ser alterado ou mitigado sequer por Emenda Constitucional.

13) A legislação e a jurisprudência apontam que os direitos à informação e à livre manifestação do pensamento não possuem caráter absoluto, portanto, é plenamente viável que o Poder Judiciário atue quando o direito de expressão colida com outras liberdades individuais, como o direito à honra e à dignidade da pessoa humana. Nesse sentido:

“Direito Constitucional. Liberdade de imprensa x Direito à honra e à imagem. Apelações desprovidas. 1. No equilíbrio do direito à honra e à imagem e o direito à liberdade de imprensa, atua o julgador. 2. No caso vertente, constata-se facilmente que extrapolou o primeiro apelante o direito de crítica, inerente ao jornalismo. 3. Com efeito, em seu programa televisivo exibido pela segunda apelante, o primeiro apelante chamou os empregados da Petrobrás, de forma indeterminada, de "bandidos mais arrumados". 4. Assim, praticou o primeiro apelante grave ofensa à honra dos empregados da estatal. 5. Responde ainda o veículo de comunicação solidariamente com o ofensor, na forma da Súmula 221 STJ. (...). Apelações a que se nega provimento.” (TJ-RJ - APL: 02426219820158190001 RIO DE JANEIRO CAPITAL 25 VARA CÍVEL, Relator: HORÁCIO DOS SANTOS RIBEIRO NETO, Data de Julgamento: 08/08/2017, DÉCIMA QUINTA CÂMARA CÍVEL, Data de

h a d a n o t a n a k a

advogados

Publicação: 10/08/2017)

14) Embora a liberdade de expressão seja um direito garantido, a própria Constituição prevê que **a liberdade de um indivíduo não pode ferir a liberdade de outro.**

15) O inciso X do artigo 5º, por exemplo, determina que não se pode ferir a intimidade, privacidade, **honra e imagem de outra pessoa**. Logo, não se pode usar o argumento da liberdade de expressão para ferir outros direitos garantidos, conforme asseverado pela jurisprudência do TJSC, in verbis:

TJ-SC - Recurso Inominado RI 03022950420188240020 Criciúma 0302295-04.2018.8.24.0020 (TJ-SC) Jurisprudência • Data de publicação: 19/03/2019 - RECURSO INOMINADO. DANOS MORAIS. [...] O que se deve evitar não é manifestação explícita da revolta (reação natural do injustiçado), mesmo que contundente, **mas eventual excesso que possa ser considerado como agressão desmedida e gratuita, animalizando a discussão ou coisificando o indivíduo a ponto de ferir o princípio universal da dignidade da pessoa humana**, embora mesmo nesta situação mais extrema deva se mensurar a extensão da agressão primeva que deu origem ao suposto revide desproporcional (sempre se perscruta a proporcionalidade - nem sempre há de se exigir do ser humano paciência de monastério ou calma de convento). **Todavia, a responsabilidade pelo eventual dano à imagem ou à honra do indivíduo deve ser centrada no legítimo ofensor** e não em aqueles que por qualquer meio concordaram com a revolta, porém não proferiram qualquer palavra ofensiva ou excessiva. Concordar com uma ideia não é professá-la publicamente. Em uma democracia é resguardado direito a concordar ou discordar com qualquer ideia ou opinião. Somente nos países totalitários pune-se o cidadão (cível ou criminalmente) pela singela concordância a uma ideia/opinião, ainda que pareça repulsiva, bizarra, subversiva ou ofensiva. O direito à concordância e à discordância é parte indissociável da livre expressão do pensamento. As redes sociais criaram o fenômeno do dedo polegar levantado como sinal de aparente concordância e cunharam um verbo para expressá-la, o núcleo "curtir". Criaram também outro fenômeno para expansão das opiniões, o núcleo "compartilhar", onde as pessoas dividem umas com as outras informações da rede. Ora, "curtir" não expressa concordância total com

h a d a n o t a n a k a advogados

a opinião ou a ideia e pode mesmo ter significado indefinido ou irônico. Cuida-se apenas de um sinal com um dedo levantado, que a rigor não significa nada mais do que um dedo levantado, cuja interpretação é indefinível, salvo se fosse possível investigar o pensamento de quem o levanta (há a hipótese esta sim punível, de se mostrar a outrem o dedo médio, este de inolvidável interpretação). Reporto-me ao fato de que se cuida apenas de aparente concordância a uma opinião proferida por terceiro, o que de forma alguma comporta punição cível ou criminal, sob pena de se punir o pensamento ou a mera aquiescência, situação incompatível com um regime de liberdade. Por outro lado, "compartilhar" comporta interpretação de neutralidade ou mesmo de discordância. Compartilhar sem emitir juízo de valor nada significa sob a ótica do direito indenizatório no campo do dano à pessoa. Em síntese, o tão só fato de nas redes sociais alguém "curtir" ou "compartilhar" uma ideia ou opinião (mesmo que ofensiva), sem emitir juízo de valor, não equivale a proferir a ofensa, não sendo atos puníveis, mesmo que expressem aparente concordância, esta que pode ser total ou parcial (ou mesmo nem existir), uma vez que o direito à concordância e à discordância é parte indissociável da livre expressão do pensamento. SENTENÇA CORRETA, MANTIDA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. RECURSO DESPROVIDO.

16) Excelênci, os fatos são graves e **ultrapassaram o direito de liberdade de expressão do Querelado**, tratando-se apenas de ofensa gratuita contra os Querelantes, com o único objetivo de humilhá-los e desqualificá-los perante a sociedade.

17) Os Querelantes são figuras conhecidas publicamente, possuem reputação ilibada, extensa vida acadêmica, são professores concursados da UNIFESP – Universidade Federal de São Paulo, sendo certo que a reputação é um de seus maiores bens.

18) Abaixo, julgado relatado pela Ministra Nancy Andrighi, no qual, ao reverter decisão de improcedência, destacou que o exercício da crítica, ainda que feita por jornalista, não pode ser usado como pretexto para xingamentos.

**"RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE COMPENSAÇÃO POR DANOS MORAIS.
PUBLICAÇÕES EM BLOG DE JORNALISTA. CONTEÚDO OFENSIVO.
RESPONSABILIDADE CIVIL. LIBERDADE DE IMPRENSA. ABUSOS OU**

h a d a n o t a n a k a advogados

EXCESSOS. ARTIGOS ANALISADOS: ARTS. 186, 187 e 927 DO CÓDIGO CIVIL. 1. Ação de compensação por danos morais ajuizada em 09.10.2007. Recurso especial concluso ao Gabinete em 03.06.2013. 2. Discussão acerca da potencialidade ofensiva de publicações em blog de jornalista, que aponta envolvimento de ex-senador da República com atividades ilícitas, além de atribuir-lhe as qualificações de mentiroso, patife, corrupto, pervertido, depravado, velhaco, pusilâmine, covarde. (...); 4. Em se tratando de questões políticas, e de pessoa pública, como o é um Senador da República, é natural que haja exposição à opinião e crítica dos cidadãos, da imprensa. Contudo, não há como se tolerar que essa crítica desvie para ofensas pessoais. O exercício da crítica, bem como o direito à liberdade de expressão não pode ser usado como pretexto para atos irresponsáveis, como os xingamentos, porque isso pode implicar mácula de difícil reparação à imagem de outras pessoas - o que é agravado para aquelas que têm pretensões políticas, que, para terem sucesso nas urnas, dependem da boa imagem pública perante seus eleitores. 5. Ao contrário do que entenderam o Juízo de primeiro grau e o Tribunal de origem, convém não esquecer que pessoas públicas e notórias não deixam, só por isso, de ter o resguardo de direitos da personalidade. 6. Caracterizada a ocorrência do ato ilícito, que se traduz no ato de atribuir a alguém qualificações pejorativas e xingamentos, dos danos morais e do nexo de causalidade, é de ser reformado o acórdão recorrido para julgar procedente o pedido de compensação por danos morais. 7. Recurso especial provido." (STJ - REsp: 1328914 DF 2012/0058065-7, Relator: Ministra NANCY ANDRIGHI, Data de Julgamento: 11/03/2014, T3 - TERCEIRA TURMA, Data de Publicação: DJe 24/03/2014)

Dos delitos previstos nos artigos 139 e 140, do CP

19) A ofensa acima mencionada atinge diretamente a honra dos Querelantes, bem como causou-lhes humilhação pública perante um grande número de pessoas, eis que a publicação foi feita por meio de rede social de grande alcance, já tendo sido visualizada por pelo menos 269.000 (duzentas e sessenta e nove mil) pessoas. Destarte, é de se reconhecer que o Querelado praticou a conduta tipificada nos artigos 139 (difamação) e 140 (injúria), do Código Penal.

h a d a n o t a n a k a advogados

Do artigo 141, II e III, do Código Penal

20) Também é de se aplicar a causa de aumento de pena prevista no artigo 141, III, do Código Penal, tendo em vista que as ofensas foram proferidas em rede social (Twitter), fator esse facilitador da propagação da ofensa.

21) Eis, pois, os casos que fundamentam a aplicação do dispositivo legal que prevê o aumento de pena para o Querelado, no presente caso.

III – DO PEDIDO

Ante todo o exposto, e o que mais o douto conhecimento de V. Exa. puder acrescentar, requer:

a) Se digne ordenar a citação do Querelado para, querendo, oferecer resposta no prazo de 15 dias nos termos do artigo 4, § 1º da Lei nº 8.039/90, o interrogatório e, ao final, confirmadas a autoria e a materialidade dos delitos ora mencionados, a condenação do Querelado nas sanções penais previstas nos dispositivos legais supramencionados (arts. 139 e 140, do CP, com o aumento da pena do artigo 141, III, do mesmo diploma legal);

b) Requer, para a prova do alegado, todos os meios de prova em direito admitidos, especialmente pelo depoimento pessoal do Querelado, juntada posterior de documentos, depoimentos das testemunhas, perícias, diligências e tudo mais que se fizer útil ou necessário para a prova real no caso “sub judice”, protestando pela juntada do comprovante de recolhimento das custas iniciais;

c) o regular processamento da presente QUEIXA, com o consequente recebimento para a instauração do da Ação Penal Privada, conforme procedimento previsto na Lei nº 8.038/90;

d) Informam o Querelantes, no que couber, que **DESEJAM REPRESENTAR** contra a Querelado;

e) Por fim, requer sejam as futuras intimações endereçadas exclusivamente em nome do **Dr. AURO HADANO TANAKA, OAB/SP 136.604/SP, sob pena de nulidade.**

h a d a n o t a n a k a advogados

Dá-se à causa o valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), para os fins meramente fiscais (docs. 02/03).

Termos em que,
P. E. Deferimento.

São Paulo, 10 de maio de 2022.

AURO HADANO TANAKA
OAB/SP: 136.604

PATRICIA HELENA MARTINI AUBIM
OAB/SP: 395.783